



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682594 - RS (2021/0233866-5)

RELATOR : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE : JORGE LUIZ POHLMANN E OUTRO
ADVOGADOS : JORGE LUIZ POHLMANN - RS032614
ROGER PEREIRA PUNTEL - RS112536
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ALCENIRA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* sem pedido de liminar impetrado em favor de ALCENIRA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 5084138-67.2021.8.21.7000/RS).

A paciente e demais corréus tiveram a prisão preventiva decretada em 9/6/2021, por, supostamente, terem praticado o crime previsto no art. 157, §2º, II e IV e § 2ºA, inciso I, do Código Penal.

O impetrante sustenta que a paciente tem 1 filho menor de 12 anos de idade, preenchendo os requisitos previstos no art. 318, inciso V, e no art. 318-A, ambos do Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por recolhimento domiciliar.

Alega que o pleito de substituição da prisão preventiva por domiciliar foi indeferido sem amparo em fundamentação idônea e que o relatório final da autoridade policial indica ausência de participação direta da paciente no evento criminoso.

Aduz que a ré não exerceu nenhum tipo de violência ou grave ameaça.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição da segregação preventiva por domiciliar .

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência